# 37.ª REUNIÃO DO SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

## ATA

*Lisboa, 04 e 05 de abril de 2024*

Decorreu, nos dias 04 e 05 de abril de 2024, em Lisboa, Portugal, a 37.ª Reunião do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), presidida pelo Major-General Nuno Lemos Pires, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) de Portugal, na qualidade de Coordenador do Núcleo Permanente do SPAD (NPSPAD).

Na Reunião estiveram presentes os representantes de **Angola**, Brigadeiro Pedro Sozinho e Dra. Paula Geniel, do **Brasil**, Capitão-de-mar-e-Guerra Luiz Bottentuit e Coronel Rozemildo Vaz, de **Cabo-Verde**, Capitão-de-Navio José Tavares e Dra. Suleina Delgado, da **Guiné-Equatorial**, Subtenente Fernando Isaias Ondo Nnang, de **Moçambique**, Coronel Assane Cachimo e Major Marta Licussa, de **Portugal**, Tenente-Coronel Hugo Baptista e Dra. Mariana Graça, de **São Tomé e Príncipe**, Major Waldmyr da Mata e Dra. Gerpina Neto e de **Timor-Leste**, Dr. Nuno Carvalho dos Santos e Dr. Casimiro Gonçalves, tendo sido registada a ausência da Guiné-Bissau. Nela participaram, também, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP, Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda, o Representante do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), Dr. Miguel Levy, e a Coordenadora-Adjunta do Fórum de Saúde Militar (FSM), Major Sílvia Sousa, tendo o secretariado desta Reunião ficado a cargo do NPSPAD, que elaborou a presente Ata.

### 1. Boas-vindas do Coordenador do SPAD

Na sessão de abertura, o Coordenador do NPSPAD deu as boas-vindas a todos os participantes, referindo a importância do envolvimento e compromisso de todos no

desenvolvimento dos trabalhos e das atividades previstas para este ciclo de decisão que agora se inicia. Sublinhou como distintivo desta comunidade lusófona, a sua unidade e coesão, e a

Resiliência que nos é característica, muito pelo fator que nos une – a língua, que é de todos nós. Ressaltou ainda a cultura, o humanismo e a compreensão humana, que todos devemos procurar, reiterando que a língua transmite humanismo.

Frisou que a Componente de Defesa é a imagem e o esforço de nove Estados-membros e é importante passar esta imagem de unidade e coesão para o Mundo, contribuindo para a afirmação individual dos países da CPLP como atores relevantes na manutenção da paz e segurança internacionais. Relembrou que, em 2024, se comemora os 10 anos de entrada da Guiné-Equatorial na CPLP.

Destacou, ainda, alguns dos pontos em discussão, nomeadamente, a materialização do projeto de constituição e emprego da Célula CIMIC/CPLP, que deu já os seus primeiros passos, com a realização, pelo IUM, em novembro de 2022, de um primeiro estágio CIMIC dedicado à CPLP, tendo enaltecido, ainda, as propostas para a criação de um fórum para cooperação em Geointeligência e a oferta do Brasil de um Curso Avançado de Defesa, caracterizando-as como exemplo da aposta contínua na formação e capacitação dos Estados-membros e respetivas Forças Armadas, bem como frisou a importância da cooperação entre Inspeções-Gerais de Defesa Nacional (IGDN) e do papel fundamental que as mesmas têm na aproximação, transparência, lei, ordem e direito de cada estado.

Concluiu, valorizando o papel do Centro de Análise Estratégica no desenvolvimento do pensamento, estudo e reflexão desta Componente, assumindo-se já como uma referência para outros países e entidades, e contribuindo significativamente para a construção de uma cultura estratégica da CPLP.

## 2. Aprovação da Agenda de Trabalhos

A aprovação da Agenda de Trabalhos, previamente circulada, foi colocada à consideração do Plenário, nada havendo a acrescentar – **Anexo A**.

## 3. Matriz da Nova Visão Estratégica (NVE) da CPLP

A Delegada do NPSPAD, Dra. Mariana Graça, apresentou o relatório anual consolidado da Componente de Defesa com os contributos dos EM da CPLP, em **Anexo B.**

## 4. Relatório Anual da Componente de Defesa (CODEF)

Neste ponto, o Coronel Henrique Mateus começou por recordar que se toma como ponto de partida a proposta efetuada em 2022, na reunião Ministerial, de se criar um relatório anual de atividades da Componente de Defesa (CODEF), onde se pretende como objetivo ver refletido o trabalho que é desempenhado e desenvolvido em cada ciclo de decisão da Componente de Defesa.

Assim, recuperando as sugestões de alteração à referida estrutura, veiculadas na XVIII Reunião de DPDN/CPLP, em outubro de 2023, em Lisboa, ficou decidido, por unanimidade, por todos os Diretores presentes naquela reunião, a estrutura final do referido Relatório, em **Anexo C.**

A estrutura apresentada suscitou os seguintes comentários:

**Moçambique** colocou a questão sobre que tema entra em cada ponto do Relatório CODEF, mais perguntando quando seria a data em que se teria acesso ao *draft* inicial, para que se possa aferir a exequibilidade do preenchimento do mesmo. **Angola** questionou se não se estaria a duplicar o trabalho efetuado com a matriz NVE, tendo o Tenente-Coronel Baptista explicado que não duplica, uma vez que a matriz é vasta e dinâmica ao longo dos anos e o relatório CODEF é anual, daí a aceitação, no ciclo passado, pelos CEMGFA's. Neste sentido, corroborou o Dr. Miguel Levy que, em 2016, os CEMGFA's aprovaram a NVE, logo este documento é um contributo mais completo, abrangendo todas as áreas governativas, cabendo, então, ao SECPLP efetuar o relatório final geral.

Neste âmbito, perguntou o **Brasil** se o SECPLP vai efetuar um relatório de todas as áreas governativas, pois não existe POC da Defesa junto da CPLP, esclarecendo ao Dr. Miguel Levy que o POC é o SPAD, tendo este confirmado.

Nada mais havendo a declarar, foi deliberado ficar o SPAD encarregue de fazer um *draft* inicial da compilação de 2023 e apresentar esta estrutura para aprovação.

## 5. Plano de Ação 1325 – 2.ª monitorização anual

Neste ponto, interveio a Coordenadora do Grupo de Trabalho para o Plano de Ação da Componente para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (GT 1325), Dra. Mariana Graça. Começou por recordar a aprovação, em junho de 2021, do referido Plano de Ação e relembrou que este é objeto de monitorizações anuais, a cargo de cada Estado-membro e centralizadas no NPSPAD. Mais indicou que esta é a segunda monitorização do plano de ação, a qual apresentou, de acordo com os contributos recebidos pelos diversos EM da CPLP, conforme **Anexo D.**

Exposta a questão, interveio o Coordenador do SPAD, MGEN Lemos Pires, enaltecendo o excelente passo dado na CPLP para a implementação da igualdade, tendo esta efeito perante a sociedade, dando o exemplo de Moçambique, que tem um problema real em Cabo Delgado, sendo, por isso, muito importante que o assunto esteja na ordem do dia. Esta é uma das mais valias que existe no seio da comunidade da CPLP. **Timor-Leste** anunciou que já está em prática a Resolução. **São Tomé e Príncipe** comunicou que neste momento tem 9 Mulheres com o posto de Capitão e que a titular do cargo de Comandante dos Portos é de posto Capitão-Tenente. Mais informou que, pela primeira vez, assumiram a nível nacional a organização de uma conferência de mulheres das forças de defesa e de segurança. Informou também que estão a ser desenvolvidas várias ações de Mulheres das forças armadas, tendo havido, pela primeira vez, um aumento no número de Mulheres no recrutamento no fim de

2023. Mais referiu que, como exemplo, tem o ponto focal da agenda Mulheres, Paz e Segurança a Capitão Genilza.

**Guiné Equatorial** participou que, no passado, as Mulheres eram insuficientes nas forças armadas. Atualmente ocupam vários cargos inclusive até ao posto de Tenente-Coronel. **Cabo Verde** sublinhou que aprovou um plano de ação setorial do Ministério da Defesa Nacional, estando a ser progressivamente implementado, através de ações como o aumento das casernas para acomodar militares do sexo feminino e a criação de uma enfermaria com uma ala feminina, tendo sido efetuadas várias outras atividades, como por exemplo a inclusão de um programa no Dia da Defesa Nacional relativo à equidade de género. Salvaguardou o SECPLP que a Componente de Defesa da CPLP tem um plano estratégico aprovado pelos Ministros da Defesa Nacional. **Angola** tem implementado esforços no quadro da equidade de género, através da criação de programas internos, em colaboração com a comunicação social, especificamente a televisão pública de Angola. Neste quesito fez menção também das atividades implementadas pela DNPD na pessoa do ponto focal para a Resolução 1325. No âmbito da dinamização deste assunto, o CAE realizou, em 2023, um Seminário Internacional Político-estratégico, com o tema "Desafios à implementação da Resolução 1325 (2000) das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança". Por fim, o Coronel Henrique Mateus exortou a que se continue a reportar toda a informação compilada nos países, por mais pequenas que sejam as ações. Concluiu dizendo que o SPAD deverá resumir a atividade efetuada em alguns parágrafos, por forma a salientar o que foi feito até à data, partilhando com todos os Estados-Membros.

## 6. Célula CIMIC/CPLP – Memorando de Entendimento para a Constituição e Emprego de uma Célula de Coordenação Civil-Militar

Neste ponto, o Coronel Henrique Mateus recordou que a constituição da Célula de Cooperação/Coordenação Civil-Militar (CIMIC) da CPLP foi aprovada na XXI Reunião de MDN/CPLP de maio em 2022, em Cabo Verde, resultado de uma proposta do Grupo de

Trabalho para Reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os EM e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas (GTOP). No seguimento, em maio de 2023, em Angola, aquando da XXII Reunião de MDN/CPLP, foi assinado o Memorando de Entendimento relativo à constituição e emprego da Célula CIMIC/CPLP, materializando-se jurídica e normativamente a sua constituição.

Este Memorando estabelece a constituição de uma Célula CIMIC no quadro da Componente de Defesa da CPLP e as provisões-quadro para o seu funcionamento e emprego em ações de cooperação civil-militar em missões e operações de apoio à paz no âmbito da ONU, respeitadas as legislações nacionais de cada EM.

Em 2024, a 5ª edição do Colégio de Defesa da CPLP, organizada pelo Brasil, decorreu no período de 4 a 22 de março, subordinou-se ao tema geral da CIMIC. Para 2025, prevê-se a participação de mais elementos dos EM no XVI curso CIMIC de Nível Operacional (CIMICNO), ministrado no IUM. No exercício da série FELINO, a ter lugar em junho de 2024 (em Portugal), serão incluídas atividades CIMIC.

Após a exposição, passou a palavra ao **Brasil,** que transmitiu que está a trabalhar em conjunto com Portugal na proposta de estrutura orgânica desta célula e que o assunto está, neste momento, em análise no Setor das Operações de Paz do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas brasileiras, e será circulado assim que oportuno. O Coordenador do SPAD exortou os países a participarem nestas ações de formação, de grande relevância para a capacitação da Componente de Defesa da CPLP.

**Cabo Verde** questionou se seriam apresentadas sugestões para estágios pois, por exemplo, há Estados que podem dar formação em outros países, colmatando alguma dificuldade que haja, ou seja, poderá ser uma solução haver formação nos diversos países, através de equipas móveis. Neste ponto Portugal informou que irá colaborar com o Brasil para verificar como efetuar esta formação. **Angola** informou que está a constituir um núcleo CIMIC sob coordenação do Ponto Focal, que é a Direção Principal de Operações do EMGFAA. **Timor-Leste** comunicou que tem na estrutura das Forças Armadas um POC CIMIC subordinado ao

CEMGFA, de posto Tenente-Coronel, tendo indicado que iria enviar a sua identificação ao SPAD. Sublinhou a realização de diversas ações conduzidas pelas Forças Armadas em prol da população, que têm contribuído para o reforço da Cooperação Civil-Militar no país.

## 7. Confirmação dos delegados do SPAD

Neste ponto, as Delegações confirmaram a identificação e os contactos dos dois elementos que, em cada Estado-membro, se constituem como delegados no SPAD, representando os respetivos Ministérios de Defesa Nacional ou equiparados e os Estados-Maiores-Generais das Forças Armadas ou equiparados.

## 8. Protocolo de cooperação da CPLP no domínio da Defesa e Alinhamento das presidências – análise das questões levantadas pelo Brasil na XVIII Reunião DPDN/CPLP

Recordou o Coronel Henrique Mateus que esta foi uma questão levantada pelo Brasil aquando da XVIII reunião de DPDN, em outubro de 2023, onde foi declarado pelo referido EM, em documento enviado ao SPAD, que: "*i) a parte brasileira é a favor de manter a periodicidade bienal, obtendo-se, dessa forma, o alinhamento com as Conferências dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP; ii) Quanto ao segundo tópico, a parte brasileira propõe que se unifique os documentos das referências B, C e D em um único documento com o propósito de facilitar o entendimento de seus conteúdos e efetuar eventuais correções. Como exemplo, o documento da referência C, exclui as reuniões de Diretores de Serviço de Informações Militares da Componente da Defesa.*"

Entende o **Brasil** estarmos perante dois problemas, o primeiro pelo facto de o protocolo de cooperação da CPLP ainda não estar ratificado por todos os países, e o segundo problema prende-se com a proposta de alinhamento das presidências da CPLP e a periodicidade das reuniões ministeriais. Informou neste ponto, o Dr. Miguel Levy, que iria enviar ao SPAD uma informação com o histórico desta questão. Após profícuo debate pelos EM da CPLP presentes, concluiu-se que a primeira ação a tomar seria a ratificação do Protocolo de Cooperação de

2006 por todos os EM da CPLP e seu depósito junto do SECPLP; como segundo passo foi decidido respeitar a periodicidade bienal das reuniões ministeriais, no entanto ficou aberta a opção de se realizarem reuniões anuais (extraordinárias), se assim decidido pelos Ministros da Defesa Nacional ou equiparados.

Determinou-se que o NPSPAD solicite aos EM que ainda não o fizeram, que ratifiquem o Protocolo e o depositem junto da CPLP e, segundo, que se mantenha o alinhamento da presidência da Componente de Defesa da CPLP com o alinhamento da presidência da CPLP.

## 9. GT para cooperação em Geointeligência – ponto de situação

Recordou o Coronel Henrique Mateus, neste momento, a proposta apresentada pelo Brasil na XVI Reunião de Diretores de Política, em 2022, em Malabo, tendo dado entrada no ciclo de decisão de 2023, aquando da 36.ª Reunião SPAD, para a criação de um fórum para cooperação em Geointeligência, que possibilite a recolha, integração, avaliação, análise e a interpretação de dados georreferenciados tendo em vista apoiar o processo de decisão, momento este em que foi criado um grupo de trabalho, o qual já estáem atividade, tendo, inclusive, já sido efetuadas reuniões, apesar de não terem comparecido todos os EMs, pelo que, para uma melhor abordagem deste ponto e melhor o concretizar, convidou-se a Delegação Brasileira, proponente do tema, a tomar a palavra. O **Brasil** afirmou terem sido realizadas 3 reuniões por videoconferência: a primeira com a participação de 3 EM e o CAE, a segunda com a participação de 2 EM e a terceira, e última, com a participação de 4 EM e o CAE. Ainda sobre este tema, reiterou a necessidade da atualização dos Pontos de Contacto dos EM para a realização dos trabalhos. No seguimento do acordado na XVIII reunião DPDN/CPLP, de 2023, o CAE realizou uma palestra com o objetivo de contribuir para o esclarecimento do tema. Colocando-se a questão aos diversos EM, foi unânime a concordância na nomeação de pontos focais, ficando todos encarregues de enviar ao SPAD a identificação dos mesmos.

## 10. Código de Conduta para a prevenção e proteção contra todas as formas de violência sexual relacionada com os conflitos (medida 2.1 do Plano de Ação 1325) – Declaração de Ministros – ponto de situação

Interveio a Coordenadora do GT 1325, Dra. Mariana Graça, relembrando os demais delegados do SPAD da decisão tomada por unanimidade aquando da XVIII reunião de DPDN/CPLP, em outubro de 2023, em Lisboa, de que, não obstante o Código de Conduta já estar assinado e, consequentemente, aprovado, a Declaração de Ministros que o acompanha não foi, à data, devidamente analisada por todos os EM, pelo que se decidiu seguir com esta questão no presente ciclo de decisão. **Anexo E.**

Os EM confirmaram que a Declaração está em condições de ser assinada pelos respetivos Ministros, à exceção de Timor-Leste que, por questões internas, ainda não teve oportunidade de o fazer, comprometendo-se a analisar o mais breve possível e fazer chegar ao SPAD a decisão a tempo de ser incluída na Agenda de Trabalhos da XXIII Reunião Ministerial, em 2024.

## 11. Cooperação entre Inspeções da Defesa Nacional – ponto de situação

Recuperando o tema abordado em 2019 e recordado na 35.ª Reunião do SPAD, pretende-se confirmar o interesse na colaboração entre as Inspeções da Defesa Nacional ou instituições congéneres dos Estados-membros da CPLP.

Dada a palavra à Delegada do Núcleo Permanente do SPAD (NPSPAD), Dra. Mariana Graça, afirmou que, conforme determinado em sede de XVIII reunião de DPDN em outubro de 2023, decorreu, no dia 14 de março de 2024, via VTC, a Reunião preparatória de cooperação entre Inspeções-Gerais de Defesa Nacional (IGDN) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Relembrou que na Reunião estiveram presentes delegações de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Moçambique e Portugal, tendo sido registadas as ausências da Guiné-Bissau, da Guiné-Equatorial, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste. Foi efetuado um resumo da reunião, onde se expuseram os tópicos-chave deliberados na mesma: "devem ser estabelecidos os próximos passos: i) reunião presencial, com uma espécie de grupo de trabalho para

preparação daquela, sugerindo a continuação das reuniões com formato VTC, com pontos focais que cada Inspeção dos EM da CPLP entenda úteis para trabalhar; ii) tentar-se construir, ao longo destas reuniões de trabalho, o tema para base de uma reunião presencial, caso contrário corre-se o risco de se avançar para uma reunião presencial sem tópicos chave, e, por fim, iii) sabendo que há registo de protocolos de cooperação de ministérios ao nível de Defesa com Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, deverá ser revisto o contexto da aprovação destes instrumentos". **Anexo F.**

Dada a palavra aos EM da CPLP todos concordaram com o relatório da reunião, ficando apenas a faltar a nomeação do POC de Timor-Leste, o qual vai ser enviado ao SPAD o mais breve possível, por forma a ser efetuada nova reunião de Pontos de Contacto.

## 12. Oferta de capacitação académica (Curso Avançado de Defesa)

Neste ponto, foi relembrada a oferta formativa lançada pelo Brasil, na XVI Reunião de DPDN/CPLP, em outubro de 2022, da criação de um Curso Avançado de Defesa e, para abordar o assunto, convidou-se a Delegação Brasileira a intervir.

O **Brasil** afirmou que o referido curso será no molde Ensino à Distância, entre 09 de setembro e 04 de outubro do presente ano. Mais solicitou que as inscrições para o mesmo sejam enviadas para o email constante da ficha de inscrição já circulada pelos EM através do SPAD, até 01 de julho do presente ano.

## 13. Colégio de Defesa

O Coronel Henrique Mateus sublinhou o sucesso da 5.ª edição, sobre o tema "CIMIC", que decorreu na Escola Superior de Defesa (ESD), em Brasília, onde participaram 10 elementos dos EM CPLP: 8 do Brasil, 1 de Moçambique e 1 de Portugal.

**Angola** confirmou o acolhimento da 6.ª edição do Colégio de Defesa (2025).**Cabo Verde** ficou de confirmar a possibilidade de realização da 7.ª edição (2026).. Os delegados da Guiné-

Equatorial e de São Tomé e Príncipe afirmaram que irão estudar a hipótese de acolhimento das 8.ª (2027) e 9.ª edições (2028), respetivamente, junto dos seus países..

## 14. Exercício FELINO

Neste ponto, recordou-se a calendarização para a realização do Exercício FELINO com Forças no Terreno (FT) por Portugal, no corrente ano, tomando da palavra o Delegado de Portugal, TCOR Hugo Baptista, passando a informar que já está em curso no seu planeamento desde fevereiro, tendo dado início com a conferência inicial de planeamento (CIP), de 26 fevereiro a 01 de março, a conferência principal de planeamento (CPP), de 25 a 28 março, sendo a conferência final de planeamento (CFP) nos dias 29 de abril a 03 de maio, onde participarão todos os EM da CPLP. Por fim, de 17 a 28 de junho, decorrerá o exercício com as forças no terreno, estando o DVI planeado para o dia 26 de junho. No que às forças envolvidas concerne informou o delegado de Portugal que farão parte: a Marinha (com uma corveta e uma força escalão companhia de fuzileiros), o Exército (com uma unidade de infantaria de escalão companhia) e a Força Aérea (com uma aeronave de asa fixa para movimentos táticos e uma aeronave de asa rotativa para ações táticas). Participarão também as operações especiais (com uma força de operações especiais) e outras forças e unidades (um destacamento CIMIC e um destacamento de saúde militar).

Quanto às próximas edições do Exercício FELINO, mantém-se a calendarização prevista para 2025/2026 – EC na Guiné-Equatorial e FT no Brasil, tendo este último solicitado que a Guiné-Equatorial nomeasse um POC do FELINO. O Brasil solicitou ainda à Guiné-Equatorial que, até ao dia 10 de maio do corrente ano, confirme a realização do EC em 2025. Guiné-Equatorial informou que houve uma alteração do CEMGFA, pelo que deverá questionar internamente antes de confirmar o acolhimento do EC. Timor-Leste mantém o acolhimento do ciclo 2027/2028 (EC e FT). No que ao ciclo de 2029/2030 concerne, ficou o SPAD encarregado de solicitar informação a todos os EM sobre o acolhimento do mesmo.

## 15. Atividades e documentos do CAE/CPLP – síntese informativa

Neste ponto, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE), Coronel Armindo Sá Miranda, apresentou uma síntese informativa, em **Anexos G, H, I,** sobre i) Relatório de Atividades e Contasde 2023, ii) Orçamento e Planeamento de 2024 e proposta de 2025 e sobre a iii) proposta de Emendas e alterações aos Estatutos e regulamento do CAE/CPLP.

No contexto do exercício anual do cargo de Diretor do CAE/CPLP (Estrutura Central) e dos Núcleos Nacionais dos Estados-membros (Estrutura Descentralizada), destacou a realização de Seminários Internacionais Politico-Estratégicos, Ciclos de Palestras, Cursos, Publicação de Boletins e Revista, assim como a participação nas diversas reuniões dos órgãos da Componente de Defesa.

Abordando a questão orçamental, e concretamente as contribuições anuais do Fundo Especial do CAE, sublinhou o incumprimento das contribuições anuais por parte de alguns Estados-membros, que dificulta substancialmente a realização das tarefas e atividades a que este centro se propõe, reiterando a necessidade do cumprimento atempadamente deste compromisso para o bom funcionamento do CAE/CPLP.

Mais informou o Diretor do CAE/CPLP que foi criado um grupo de trabalho *ad-hoc*, para revisão dos Estatutos e do regulamento, pelo que importa referir que, neste ponto, e após longa discussão, foi unânime a opinião de que, em relação ao ponto 4. da exposição, a carga principal fica com Moçambique, devendo esta questão ser suspensa e revista antes de ser colocada à consideração do órgão seguinte. Concluiu-se que o documento não está em condições de ser apresentado no presente ciclo de decisão, pelo que deverá o mesmo ser reapreciado pelos EM.

## 16. XX Encontro de Saúde Militar/CPLP e X Fórum de Saúde Militar/CPLP – Conclusões

Neste ponto, a Coordenadora-Adjunta do Fórum de Saúde Militar (FSM) da CPLP, Major Sílvia Sousa, apresentou as principais conclusões e recomendações decorrentes do X FSM/CPLP

(**Anexo J**), realizado em Lisboa nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2024, e no âmbito do qual se incluíram as visitas à Unidade Militar Laboratorial de Defesa Biológica e Química e ao Laboratório Nacional do Medicamento. Clarificou o fundamento da proposta apresentada de revisão do atual Regimento Interno do FSM/CPLP e resumiu as atividades desenvolvidas no âmbito do programa de intercâmbio de formação e investigação em saúde militar, as atividades desenvolvidas pelas Comissões Técnicas de Segurança Sanitária Mundial e de Biossegurança e Bioproteção do FSM/CPLP e as atividades planeadas no âmbito do envolvimento de peritos da Saúde Militar no Exercício FELINO 2024.

Referiu ainda a proposta apresentada pelo FSM/CPLP de organização, em parceria com a Componente da Saúde da CPLP, de uma conferência subordinada ao tema "Colaboração civil-militar no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP 2023-2027".

Relativamente à organização dos Encontros de Saúde Militar da CPLP, transmitiu a disponibilidade apresentada pelo Brasil para acolher a organização do XX Encontro de Saúde Militar da CPLP em 2025 e a possibilidade, a confirmar na próxima reunião FSM/CPLP, de Angola acolher a organização do XXI Encontro de Saúde Militar da CPLP em 2026.

A finalizar, enfatizou o valor da Cooperação no Domínio da Defesa para a capacitação dos Serviços de Saúde Militar das Forças Armadas dos EM da CPLP, bem como o contributo do FSM/CPLP para o reforço da colaboração entre as Componentes da Defesa e da Saúde da CPLP. Relativamente às propostas apresentadas pelo FSM/CPLP, o SPAD vai solicitar aos EM a pronúncia sobre estas, designadamente a aprovação da alteração ao Regimento interno do FSM/CPLP, até 10 de maio do corrente ano.

## 17. Calendarização de Reuniões dos Órgãos da Componente de Defesa da CPLP em 2024 e ciclo de 2025

Foi analisada a calendarização do presente ciclo de decisão, bem como do ciclo de 2025, tendo ficado definido:

**2024**

- 3.ª Reunião de DSIM – Angola, na 1.ª quinzena de maio, a confirmar data até 12 de abril
- 25.ª Reunião de CEMGFA – Guiné-Bissau – 19 a 21 de maio
- XIX DPDN / XXIII MDN – Guiné-Equatorial vai confirmar datas até 12 de abril
- XX DPDN – países vão indagar possibilidade de acolhimento presencial até à XIX DPDN

**2025**

- 38.ª Reunião do SPAD – Lisboa – proposta 27 e 28 de março
- 4.ª Reunião dos DSIM – países vão indagar possibilidade de acolhimento presencial até à XX DPDN
- 26.ª Reunião de CEMGFA – países vão indagar possibilidade de acolhimento presencial até à XX DPDN
- XXI DPDN / XXIV MDN – São Tomé e Príncipe, maio
- XXII DPDN – Moçambique, outubro

Concluída a discussão dos pontos em Agenda, o Coronel Henrique Mateus deu por encerrada a 37.ª Reunião do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente Ata.

Lisboa, aos cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro.

O Coordenador do Núcleo Permanente do SPAD

_____

Major-General Nuno Lemos Pires

A Delegação da República de Angola

_____

Brigadeiro Pedro Sozinho

_____

Dr.ª Paula Geniel

A Delegação da República Federativa do Brasil

_____

CMG Luiz Bottentuit

_____

COR Rozemildo Vaz Souza

A Delegação da República de Cabo Verde

_____

Capitão-de-Navio José Lopes Tavares

Dr.ª Suleina Delgado

A Delegação da República da Guiné-Equatorial

Subtenente Fernando Isaias Ondo

A Delegação de República de Moçambique

Coronel Assane Cachimo

Major Marta Licussa

A Delegação da República Portuguesa

Tenente-Coronel Hugo Baptista

Dr.ª Mariana Graça

A Delegação da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Major Waldmyr da Mata

Dr.ª Gerpina Neto

A Delegação da República Democrática de Timor-Leste

Dr. Nuno Carvalho dos Santos

Dr. Casimiro Gonçalves

## ANEXOS

**A.** Agenda e delegações

**B.** Matriz da Nova Visão Estratégica da CPLP (NVE)

**C.** Estrutura do Relatório Anual da Componente de Defesa (CODEF)

**D.** Plano de Ação 1325 – 2.ª monitorização

**E.** Declaração de Ministros relativa ao Código de Conduta para a prevenção e proteção contra todas as formas de violência sexual relacionada com os conflitos

**F.** Cooperação entre Inspeções da Defesa Nacional – Relatório

**G.** Relatório Actividades e Contas CAE/CPLP - 2023

**H.** Contas, Orçamento e Planeamento CAE/CPLP - 2023

**I.** Apresentação Emendas e Alterações dos Estatutos do CAE/CPLP

**J.** Apresentação Fórum de Saúde Militar